

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LILIANE BORGES PIMENTEL DOS REIS

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS E A IMPLEMENTAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA VILA VITÓRIA LESTE II NO PERÍODO DE 2014-
2024**

Teresina
2025

LILIANE BORGES PIMENTEL DOS REIS

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS E A IMPLEMENTAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA VILA VITÓRIA LESTE II NO PERÍODO DE 2014-
2024**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí - UESPI, como requisito à obtenção do título de Graduada em Licenciatura Plena em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Rerisson Rocha da Costa.

Teresina
2025

R375t Reis, Liliane Borges Pimentel.

As transformações socioespaciais urbanas e a implementação de políticas públicas na vila Vitória leste II no período de 2014-2024 / Liliane Borges Pimentel Reis. - 2025.

43f.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Licenciatura Plena em Geografia, Campus Clóvis Moura, Teresina-PI, 2025.

"Orientador: Profº. Drº. Carlos Rerisson Rocha da Costa".

1. Transformação socioespacial. 2. Políticas públicas. 3. Vila Vitória leste II. I. Costa, Carlos Rerisson Rocha da . II. Título.

CDD 918.122

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI
JOSELEA FERREIRA DE ABREU (Bibliotecário) CRB-3^a/1224

LILIANE BORGES PIMENTEL DOS REIS

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS E A IMPLEMENTAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA VILA VITÓRIA LESTE II NO PERÍODO DE 2014-
2024**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, como requisito à obtenção do grau de Licenciada em Geografia.

Aprovado em: 6 / 1 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Carlos Rerisson Rocha da Costa (Orientador)
Doutor em Geografia Humana
Universidade Estadual do Piauí

Profa. Manuela Nunes Leal
Doutora em Geografia
Universidade Estadual do Piauí

Prof. Raimundo de Melo Paz Sobrinho
Mestre em Ciências da Educação
Universidade Estadual do Piauí

À minha família, pelo incentivo e apoio

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu força de vontade e coragem para superar tantos desafios enfrentados ao longo do curso.

À minha família, em especial ao meu esposo, Hellysson Lenno dos Reis e Silva, por todo o apoio e paciência, aos meus queridos filhos, Isabelli Sophia e Álvaro Noah, que foram fonte de inspiração e incentivo para eu não desistir, e à minha mãe, Francisca Borges Pimentel, que sempre me aconselhou da importância da educação e formação para o desenvolvimento humano e profissional.

Ao meu orientador, Prof. Carlos Rerisson Rocha da Costa, pela orientação, paciência e disposição em ajudar.

Ao Prof. Raimundo de Melo Paz Sobrinho, que me auxiliou na regularização de minha matrícula, possibilitando a continuação e, agora, a conclusão do curso.

Ao Prof. Renê Pedro de Aquino, pelo incentivo em desenvolver a temática da pesquisa trabalhada neste trabalho.

Aos professores em geral do curso de Licenciatura Plena em Geografia, que através dos seus ensinamentos permitiram que eu pudesse hoje concluir este trabalho.

*Bem-aventurado o homem que acha
sabedoria, e o homem que adquire
conhecimento.*

Provérbios 3:13

RESUMO

Esta monografia é dedicada às transformações socioespaciais urbanas e à implementação de políticas públicas na Vila Vitória Leste II, no período de 2014-2024, situada na zona leste de Teresina, capital do Piauí. O objetivo geral do trabalho é analisar as principais transformações socioespaciais ocorridas entre 2014 e 2024 na Vila Vitória Leste II e as dificuldades enfrentadas pela população. Foi realizado um levantamento bibliográfico, em que se destacam as obras de Teresa Caldeira (2000), Ana Fani Carlos (2011), Ermínia Maricato (2000) e Roberto Lobato Corrêa (2004). Também foi realizada pesquisa de campo, com a aplicação de questionários e realização de entrevista, além de levantamento fotográfico. Apesar de serem consideradas positivas, na percepção dos moradores, as transformações ocorridas na área de estudo entre 2014 e 2024 revelam ainda a existência de inúmeros problemas aos quais são submetidos os moradores cotidianamente. Apesar disso, as transformações são oriundas de conquistas de lutas da comunidade e sua associação de moradores.

Palavras-chave: Transformação socioespacial, Políticas Públicas, Vila Vitória Leste II.

ABSTRACT

This monograph is dedicated to urban socio-spatial transformations and the implementation of public policies in Vila Vitória Leste II, in the period 2014-2024, located in the east of Teresina, the capital of Piauí. The general aim of this study is to analyze the main socio-spatial transformations that took place between 2014 and 2024 in Vila Vitória Leste II and the difficulties faced by the population. A bibliographical survey was carried out, highlighting the works of Teresa Caldeira (2000), Ana Fani Carlos (2011), Ermínia Maricato (2000) and Roberto Lobato Corrêa (2004). Field research was also carried out, with questionnaires and interviews, as well as a photographic survey. Despite being considered positive, in the perception of the residents, the transformations that took place in the study area between 2014 and 2024 still reveal the existence of numerous problems to which the residents are subjected on a daily basis. Despite this, the changes are the result of the struggles of the community and its residents' association.

Keywords: Socio-spatial Transformation, Public Policies, Vila Vitória Leste II.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Relevo acidentado na Vila Vitória Leste II.....	19
Figura 2 -	Localização da Vila Vitória Leste II.....	22
Figura 3 -	Favelas e Comunidades Urbana em Teresina-PI, por Zona.....	24
Gráfico 1 -	Ano de chegada para ficar residência na Vila Vitória Leste II.....	25
Gráfico 2 -	Local de residência antes da Vila Vitória Leste II.....	26
Gráfico 3 -	Local de residência antes da Vila Vitória Leste II.....	27
Gráfico 4 -	Número de pessoas por domicílio na Vila Vitória Leste II entre os participantes da pesquisa.....	28
Gráfico 5 -	Principais fontes de renda entre os participantes da pesquisa.....	28
Figura 4 -	Registro da pavimentação com calçamento em rua da Vila Vitória Leste II (Abril / 2024 e dezembro / 2024).....	29
Figura 5 -	Registro de obras de pavimentação em ruas da Vila Vitória Leste II (dezembro / 2024).....	30
Figura 6 -	Registro de funcionário dos Correios fazendo entregas em área da Vila Vitória Leste II (dezembro / 2024).....	31
Figura 7 -	Registro da Coleta de lixo em área da Vila Vitória Leste II (novembro / 2024).....	31
Figura 8 -	Moradores da Vila Vitória Leste II efetuando reparos na rede de abastecimento de água.....	32
Figura 9 -	Rede elétrica improvisada na Vila Vitória Leste II.....	33
Figura 10 -	Barbearia em funcionamento na Vila Vitória Leste II.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SAAD – Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas

SEMAH – Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OCUPAÇÃO DE TERRA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	14
3 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS NA VILA VITÓRIA LESTE II NO PERÍODO DE 2014 A 2024	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE.....	40

1 INTRODUÇÃO

O problema das ocupações de terras em Teresina merece destaque quando se trata de compreender a sua urbanização e sua intensificação data ainda da década de 1970. A terra urbana é classificada como rara para a população mais pobre, a quem Roberto Lobato Corrêa (2004) denominou de Grupos Sociais Excluídos, tornando-se escassas. Nas áreas de ocupação, a vida cotidiana é marcada por uma série de problemas, oriundos da ausência ou ineficiência de serviços e implementação de políticas públicas, que só muito lentamente vão sendo implementadas nessas localidades, em muitas das vezes a partir da luta comunitária.

Como afirma Maricato (2000, p. 164), “não por coincidência, esses bairros constituem regiões marcadas pela ilegalidade (na ocupação do solo e na resolução de conflitos) e pela precariedade em relação aos serviços públicos e privados”. É diante desse contexto que nos debruçamos sobre o tema das transformações socioespaciais urbanas na Vila Vitória Leste II, com o enfoque na implementação de políticas públicas no período de 2014 a 2024.

Teresina, capital do estado do Piauí, segundo o censo de 2010, apresenta quase 10% de sua população sem moradia digna (regular), o que equivale a 76.901 famílias na área urbana vivendo irregularmente, em área de ocupação (IBGE, 2010).

As transformações socioespaciais urbanas em boa parte da cidade de Teresina, sobretudo em sua periferia, têm pontapé inicial com uma ocupação irregular, que avança através da busca incansável dos moradores por melhorias para a comunidade, o que produz, posteriormente, mudanças e transformações em seu entorno, que lentamente passa a contar com serviços e estruturas públicas e privadas.

A pesquisa, que se classifica como exploratória e explicativa, foi desenvolvida a partir de abordagem qualitativa/quantitativa. Contou, num primeiro momento, com uma revisão de literatura, para que houvesse um maior embasamento teórico acerca dos conceitos e temas relevantes para a pesquisa. Autores como, Caldeira (2000), Corrêa (2004), Carlos (2011), entre outros, forneceram elementos para importantes discussões sobre a cidade, a segregação, as políticas públicas e a urbanização.

Esse trabalho, para além dos textos, teses, livros, entrevistas, reportagens e artigos, utilizou pesquisa documental junto a Secretaria Municipal de Administração e

Recursos Humanos – SEMAH e a Superintendência das Ações Administrativas Descentralizadas – SAAD Leste, responsável pela zona onde se situa o objeto de estudo.

Como parte da pesquisa de campo, foram aplicados 43 formulários com moradores da Vila Vitória Leste II, incluindo tanto aqueles que participaram do movimento de ocupação da Vila, quanto os que passaram a residir posteriormente. Esses formulários visavam caracterizar o perfil socioeconômico dos moradores, suas relações com o processo de ocupação, as formas de participação comunitária na proposição e implementação de políticas públicas na área e identificar as suas compreensões acerca das principais transformações ocorridas no local.

Diante disso, a presente pesquisa parte das seguintes questões norteadoras:

qual o papel da população local na proposição e implementação das políticas públicas na Vila Vitória Leste II? Quais as políticas públicas implementadas na Vila Vitória Leste II no período entre 2014 e 2024? Em que medida as políticas públicas implementadas na Vila Vitória Leste II, entre 2014 e 2024, atendem as necessidades da comunidade? Quais políticas públicas voltadas à instalação de infraestruturas e oferta de serviços públicos são anseios da comunidade? Quais são as principais transformações socioespaciais ocorridas na Vila Vitória Leste II, entre 2014 e 2024, na percepção dos moradores?

O objetivo geral do trabalho foi analisar as principais transformações socioespaciais ocorridas entre 2014 e 2024 na Vila Vitória Leste II e as dificuldades enfrentadas pela população. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Conhecer as principais transformações ocorridas na Vila Vitória Leste II, entre 2014 e 2024, na percepção dos seus moradores; b) Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores da Vila Vitória Leste II; c) Conhecer as políticas públicas implementadas na Vila Vitória Leste II no período estudado, com enfoque para obras de infraestrutura e serviços públicos; e d) Investigar o papel da população na proposição e implementação dessas ações governamentais.

Essa pesquisa apresenta destacada relevância, visto a necessidade e importância do cidadão entender e compreender os principais atores que moldam o espaço urbano no leste teresinense, sobretudo a configuração adotada e aplicada frente às políticas públicas implementadas nesses espaços. Além de ser um dos

formatos urbanos desenvolvidos e vivenciado na cidade de Teresina, relaciono assim para melhor compreensão os componentes principais: transformações socioespaciais e implementação de políticas públicas. Segundo Caldeira (2000, p. 211):

A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras viraram cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se interrelacionam no espaço da cidade.

Além de buscar dar voz a essas pessoas, que normalmente, não são ouvidas, essa pesquisa tem uma grande relevância dentro dos trabalhos de geografia urbana, pois procura, atualizar as discussões acerca das transformações socioespaciais que os movimentos de ocupação de terras proporcionam na cidade de Teresina e as políticas públicas implementadas, visto que esses movimentos são parte importantes para a formação e evolução do espaço urbano da Zona Leste. Assim como Caldeira (2000, p. 211):

[...] quero mostrar que essas mudanças espaciais e seus instrumentos estão transformando significativamente a vida pública e o espaço público. Em cidades fragmentadas por enclaves fortificados, é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes das cidades modernas.

Este trabalho está estruturado em duas seções. Na primeira, intitulada “Ocupação de terra e produção do espaço urbano”, discute-se o processo de ocupação territorial e suas relações com a produção do espaço urbano, abordando conceitos teóricos e históricos que sustentam a análise da dinâmica socioespacial. Já na segunda seção, denominada de “As transformações socioespaciais urbanas na Vila Vitória Leste II no período de 2014 a 2024”, examina-se as mudanças ocorridas na comunidade ao longo do período, analisando as políticas públicas implementadas e em que medida elas atenderam às necessidades da população local, além de investigar a participação da comunidade nesse processo.

2 OCUPAÇÃO DE TERRA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A ocupação de terras e a produção do espaço urbano são processos que têm moldado as cidades brasileiras ao longo do tempo. Isso tem se intensificado desde o século XX, quando a migração do campo para a cidade intensificou-se.

Segundo Martine e Camargo (1984, apud Cunha, 2005, p. 11), nos anos 1960 e 1970, o Brasil vivenciou uma perda de população rural sem precedentes. “Segundo os autores, no primeiro período cerca de 13,5 milhões de pessoas deixaram o campo - volume que aumentou para 15,6 milhões nos anos 70”. Afirmam ainda que, nas décadas de 1970 e 1980, o país, registrou, pela primeira vez, uma diminuição absoluta de sua população rural. Desta forma as cidades, consequentemente os bairros, têm revelado os desafios da urbanização acelerada e muitas vezes desordenada.

Segundo dados do Censo 2022 do IBGE (IBGE, 2024a), mais de 84% da população brasileira vive em áreas urbanas, realidade que evidencia a necessidade de se discutir a maneira como os territórios urbanos são ocupados e organizados.

As áreas de ocupação de terra no espaço urbano comumente são chamadas de “invasões”, “favelas”, “comunidade”, “ocupação”, a depender da região ou cidade em que o fenômeno acontece e a partir de qual prisma político o mesmo é lido. Em termos formais, no contexto do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a nomenclatura e os critérios para denominar essas áreas de ocupação geralmente se referem a situações de moradias em áreas não regulamentadas ou informais. Termos como invasão ou ocupação são utilizados para descrever a natureza informal do processo de uso do solo, frequentemente associado a áreas públicas ou privadas ocupadas sem autorização legal. Entretanto, mesmo no âmbito do IBGE, o uso desses termos varia conforme o período e a abordagem metodológica de cada censo.

Até 1991 o IBGE não possuía uma classificação sistemática para esses espaços, embora reconhecesse a existência de assentamentos irregulares em alguns levantamentos. A partir de 1991, o conceito de “aglomerados subnormais” foi oficializado e os censos seguintes (2000, 2010, 2022) refinaram os critérios de mapeamento e monitoramento dessas áreas, com condições urbanísticas precárias

(falta de infraestrutura básica, como água, esgoto e iluminação pública), densidade elevada e padrões de construção não regulamentados.

Desde o Censo de 1991, o IBGE adotou a categoria de aglomerados subnormais para mapear localidades informais. Esses aglomerados incluem favelas, palafitas, loteamentos irregulares e outras formas de ocupação irregular. O termo busca caracterizar áreas ocupadas de forma irregular, com precariedade nos serviços públicos e na infraestrutura (IBGE, 2024b). Para o Censo 1991, um “Aglomerado Subnormal” foi assim definido:

[...] um conjunto constituído por unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. O que caracterizava um ‘Aglomerado Subnormal’ é a ocupação desordenada e que, quando da sua implantação, não houvesse posse da terra ou título de propriedade (IBGE, 1990, apud IBGE, 2024b, p. 7).

Para o Censo 2010, o IBGE avançou na identificação dos aglomerados subnormais, embora tenha mantido a nomenclatura já utilizada nos Censos de 1991 e 2000. A partir de então, passou-se a contar com maior grau de detalhamento na descrição dos critérios utilizados para a identificação desses territórios

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e
- b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características:
 - urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
 - precariedade de serviços públicos essenciais (IBGE, 2010, p. 19).

A partir disso, o IBGE estabelecia que os Aglomerados Subnormais poderiam se enquadrar nas seguintes categorias: a) invasão; b) loteamento irregular ou clandestino; e c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2010).

Gonçalves (2020), a partir de pesquisa realizada sobre a transformação do conceito censitário do IBGE em relação às favelas, entre 1950 e 2010, afirma que:

A evolução desse conceito revela o esforço do IBGE de construir uma designação que possa abranger a diversidade de expressões para esses espaços no país. É uma pena, no entanto, que a designação atual, aglomerados subnormais, seja tão negativa, reforçando a ideia de uma hierarquia entre as favelas e os demais bairros da cidade (Gonçalves, 2020, p. 23-24).

Foi então a partir de uma série de discussões acumuladas em debates anteriores ao Censo 2022, que o IBGE preparou nova proposta de redação dos critérios, permanecendo as favelas e comunidades urbanas como uma categoria “eminentemente territorial, enfatizando o processo de produção desigual do espaço sob a ótica da territorialização através da dinâmica da economia política das cidades e do movimento contraditório entre reprodução social e reprodução econômica” (IBGE, 2024b, p. 51).

Essa importância dada às áreas de ocupação reflete uma realidade marcante das cidades brasileiras. O crescimento das cidades, a ausência ou insuficiência de políticas públicas e o peso da especulação imobiliária, tem resultado em problemas ligados às ocupações, muitas delas em áreas de risco, e segregação. Diante disso, torna-se essencial refletir sobre como as ocupações de terras influenciam a produção do espaço urbano.

A questão do acesso a terra no Brasil decorre da própria formação territorial do país, que é marcada por processos históricos que tornaram a terra um bem privado, implantando no campo uma estrutura fundiária extremamente concentrada, enquanto nas cidades se produziu um mercado de terras urbanas, tornando a moradia uma mercadoria de alto valor, o que exclui parte da população, especialmente a população pobre (Carlos, 2011, 2013).

Tal contexto, levou parte dessa população excluída das possibilidades de aquisição formal de uma moradia, a ocupar lugares com constantes problemas, como

alagamentos e deslizamento de terra, sem saneamento básico, com construções improvisadas, sem a oferta regular de serviços básicos. Como ressalta Caldeira (2000, p. 231), “Os trabalhadores normalmente construíam suas casas sem aprovar a planta na prefeitura, já que geralmente não podiam arcar com os custos que isso envolvia. Assim, mesmo quando os lotes eram legais, frequentemente a construção não era”.

O déficit de habitações no meio urbano se intensifica de forma direta quanto ao valor da renda de cada família. De acordo com os dados revisados pela Fundação João Pinheiro, para o ano de 2019, o déficit habitacional em todo o Brasil estava em 5,8 milhões de moradias, com tendência de aumento. Uma das causas para esse crescimento é o ônus excessivo com aluguel urbano, caracterizado como o principal componente do déficit. Segundo dados da pesquisa, o número de casas desocupadas por conta do valor alto do aluguel saltou de 2,814 milhões em 2016 para 3,035 milhões em 2019 (Brasil, 2021), ou seja, para uma família morar em um espaço com saneamento básico, segurança, coleta de lixo, transporte, atividade comercial, ruas pavimentadas, essa família tem que possuir uma boa renda para custear os valores altos dos imóveis. Como consequência disso, afirma Caldeira 2000, “muitos moradores pobres tiveram de colocar de lado o sonho da casa própria e cada vez mais optar por viver em favelas ou em cortiços, que aumentaram substancialmente”.

As ocupações de terras, portanto, se tornaram uma opção para os excluídos da cidade, visto que as poucas ou nenhuma condição econômica os afasta dos altos padrões e valores instituídos pelo mercado imobiliário. Tal processo tornou até mesmo a periferia cara, com a construção de vários condomínios e loteamentos. “Em outras palavras, enquanto as rendas diminuíram, a periferia melhorou e tornou-se mais cara” (Caldeira, 2000. p. 231). A periferia melhorou, porque são terras economicamente bem mais acessíveis para a classe média alta, que tem a oportunidade de construir casas de alto padrão ou mesmo residir em condomínios com um leque de benefícios, porém para a classe pobre, continua uma realidade difícil de ser vivenciada devido a precariedade, principalmente dos serviços públicos.

As ocupações na produção da cidade vêm tomando uma forma grandiosa desde a década de 1970, intensificando-se a partir da década de 1990, época em que se multiplicaram as ocupações em muitas cidades brasileiras, modificando a produção do espaço dessas cidades. Em todo esse tempo, esses espaços vêm sendo transformados, em grande medida, como produto de lutas comunitárias que

reivindicam melhores condições de moradia e pressionam o poder público pela oferta de serviços públicos.

A melhora significativa na periferia é em grande parte o resultado da ação política de seus moradores, que, desde o final dos anos 70, organizaram uma série de movimentos sociais para exigir seus direitos à cidade. Esses movimentos sociais são um elemento fundamental tanto na democratização da sociedade brasileira quanto na mudança da qualidade de vida em muitas grandes cidades (Caldeira, 2000. p. 237).

A população que produz essas ocupações é formada em grande parte por pessoas de baixo poder aquisitivo, migrados do campo para a cidade em busca de melhores oportunidades de sobrevivência, empurrados para as periferias pela alta valorização imobiliária. Um processo que faz parte da história das cidades, como indica Benevolo (1994, p. 35)

As famílias que abandonaram o campo e afluíram aos aglomerados industriais ficavam alojadas nos espaços vazios disponíveis dentro dos bairros antigos, ou nas novas construções erigidas na periferia, que depressa se multiplicaram formando bairros novos e extensíssimos em redor dos núcleos primitivos.

Com a intensificação da migração e o inchaço das cidades, surgiram muitos problemas, dadas as condições de ineficiência do planejamento urbano. Essa foi uma característica forte dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e marcou a formação de suas periferias. Com o crescimento dos negócios imobiliários, a população foi gradativamente empurrada mais ainda para a periferia, devido a especulação imobiliária, que intensificou a desigualdade social característica das cidades brasileiras. Todos os processos e fatores mencionados acima ampliam as desigualdades, criando cidades fragmentadas em que poucos têm acesso a moradias de qualidade.

Atualmente, Teresina apresenta um amplo conjunto de ocupações irregulares e informais, ou, como define o IBGE, favelas e comunidades urbanas, o que localmente a população teresinense convencionou chamar de Vila. O principal motivo é a falta ou ineficiência de políticas habitacionais ofertadas para a população, que passa a viver em ocupações, muitas das vezes em situação de risco, enfrentando dificuldades de acesso a serviços básicos, como água, saneamento, saúde,

transporte, educação e muitos outros direitos que todo cidadão tem. Como bem lembra Vasconcelos (2013, p. 31):

Deve ser lembrado que a população da periferia não está segregada, mas ocupa o espaço em que o Estado tolera (ou permite) as implantações fora das normas oficiais ou mesmo irregulares (*laissez faire*) em áreas que não interessam ao mercado imobiliário. Como o Estado não investe suficientemente em habitações sociais (nem nas infraestruturas e equipamentos urbanos) e como a população pobre em boa parte não consegue participar desses programas devido à irregularidade de seus vencimentos, ela vai habitar nos espaços periféricos onde são permitidos usos que nas áreas mais centrais são proibidos, pois dependem de licenças municipais.

A ocupação irregular de terras e a expansão descontrolada do espaço urbano tem uma sequência de consequências e problemas, a segregação residencial é um dos mais expressivos processos espaciais que geram a fragmentação do espaço urbano (Corrêa, 2010), como é o caso da Vila Vitória Leste II, que está localizada em uma demarcação de área verde¹. O processo de ocupação dessas áreas leva, assim, ao desmatamento, que é um fator agravante para o deslizamento de terras, por exemplo, o que se observa na área estudada, já que a localização da Vila Vitória Leste II é formada de muitos morros íngremes (Figura 1).

¹ De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, “considera-se área verde de domínio público o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização” (BRASIL, 2006).

Figura 1 – Relevo acidentado na Vila Vitória Leste II



Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

Tendo como referência a ideia de Direito à Cidade, elaborada por Lefebvre (2008), todos os cidadãos devem ter acesso igualitário ao espaço urbano e aos recursos que ele oferece. Desta maneira é necessário na ocupação Vila Vitória Leste II, regularização fundiária e investimento em infraestrutura para a criação de espaços urbanos mais igualitários com os direitos mínimos assegurados.

A Vila Vitória Leste II, assume uma configuração muito debatida por autores como Caldeira (2000), Ana Fani Carlos (2011), por exemplo, pois ela está situada próximo de muitos condomínios e visualmente dois deles fazem divisa com as ruas da ocupação, desta forma os benefícios concedidos para ocupação é positivo ainda mais para os condomínios, onde por exemplo o asfalto além de benéfico, valorizou ainda mais as moradias de casas duplex.

A palavra segregação é originada do latim segredo e traz uma ideia de cercamento (Vasconcelos, 2013). Assim é a configuração da ocupação Vila Vitória Leste II, que está cercada no seu entorno por condomínios, que são verdadeiras

muralhas, como chamados por Caldeira (2000), ficando nítida a separação entre a ocupação e os condomínios de alto e médio padrão.

Assim, observa-se que as ocupações de terra assumem importante papel na configuração e na produção do espaço urbano, uma vez que fazem parte dos processos contraditórios de reprodução da cidade, que se dá ao mesmo tempo a partir de loteamentos e demais padrões formalizados e legalizados de ocupação do espaço, mas também com a presença de ocupações não formais, fora dos padrões legalizados, que são produto do modelo de sociedade que produz e reproduz a cidade contemporânea.

3 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS NA VILA VITÓRIA LESTE II NO PERÍODO DE 2014 A 2024.

A Vila Vitória Leste II é fruto de uma ocupação de terra realizada em 2014, sendo o terreno ocupado de propriedade legal da Prefeitura de Teresina, parte dele composto por uma área verde. A área localiza-se no bairro Vale Quem Tem, fazendo limite com o bairro Verde Lar, na zona Leste de Teresina (Figura 2).

Junto à SAAD Leste, em entrevista realizada com funcionário técnico, foi informado que se trata de uma área da Prefeitura de Teresina, caracterizada como área verde. O entrevistado demonstrou não ter muitas informações sobre a ocupação Vila Vitória Leste II, informando que no momento não havia registro de políticas voltadas para as moradias ou melhorias na área da Vila. O mesmo funcionário informou ainda que havia para a área ocupada, um projeto de uma creche.

A partir de um movimento liderado inicialmente por duas mulheres, se efetuou o desmatamento da área, com ferramentas rudimentares, como facão, machado, enxada e foice, iniciando a abertura de ruas e construção das primeiras moradias.

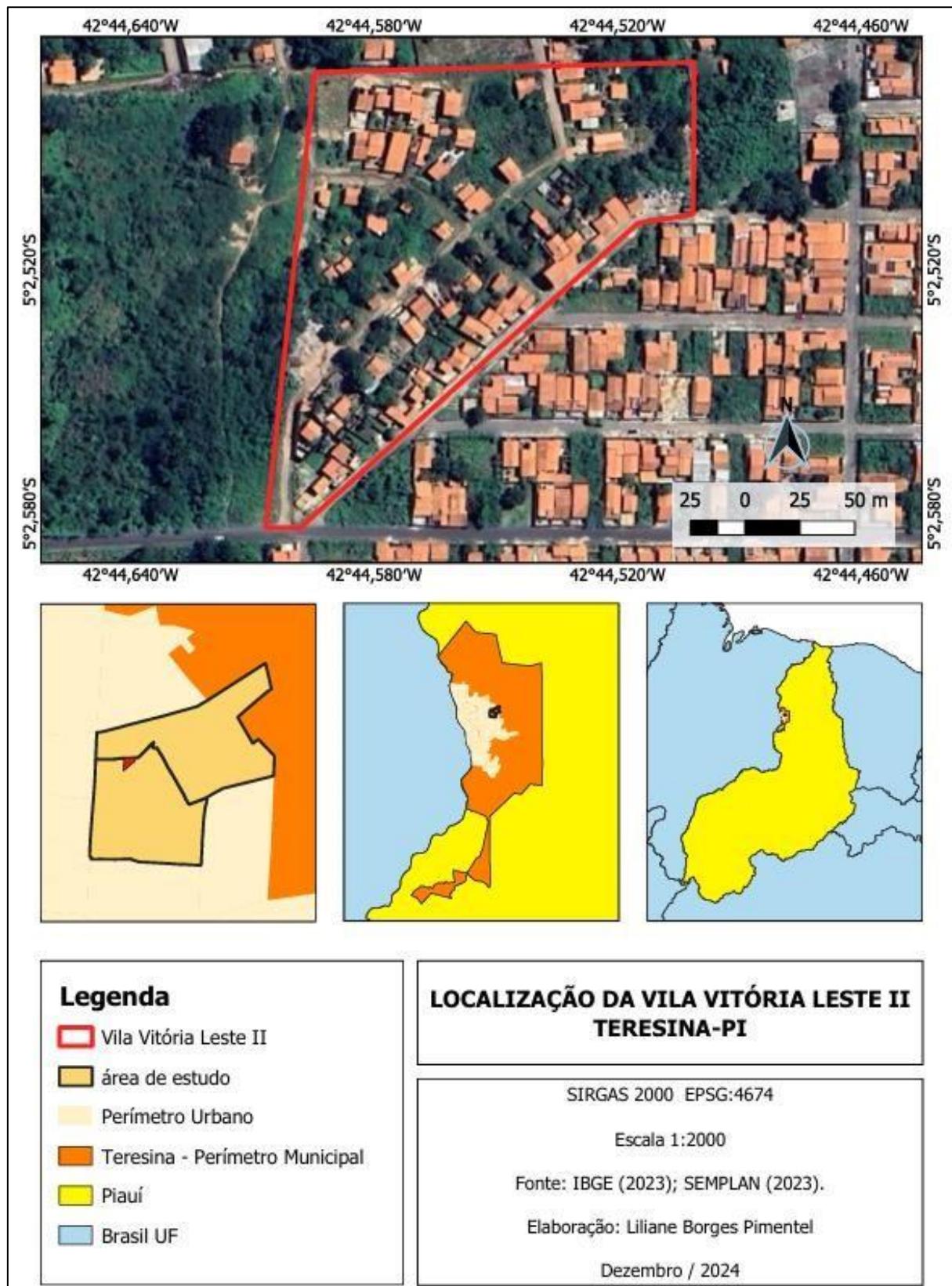
Segundo relatos de entrevistados que participaram da ocupação da área, o terreno estava há muitos anos em situação de abandono, com uma mata fechada, onde, após a retirada da vegetação, foram encontradas peças de motocicleta, várias bolsas, indicando que, além de não estar cumprindo sua função social, a área estava servindo para esconderijo e descarte de muitos objetos fruto de ações criminosas.

Como relata o Morador 15:

Tiramos todos os matos que tinha com facão, tivemos que roçar com enxada e deixamos o terreno bem limpo e depois começamos a construir uma casinha pequena pra segurar o terreno, com madeiras das próprias árvores que tinha no terreno e as paredes de barro, tinha que tá todos os dias no movimento.

Com o avanço do movimento da ocupação os moradores receberam ordem de despejo, apresentada por um oficial de justiça, porém a comunidade continuou a resistir às ordens da Prefeitura Municipal de Teresina.

Figura 2 – Localização da Vila Vitória Leste II



Fonte: Elaboração própria (2024).

Afirma Corrêa (2004, p. 30) que:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade.

Mesmo estando localizada na zona Leste de Teresina, que apresenta os melhores indicadores socioeconômicos da cidade, a Vila Vitória Leste II convive com a segregação socioespacial. Embora os bairros cuja ocupação se deu por meio de políticas habitacionais, loteamentos privados ou condomínios contem com melhores condições de infraestrutura e serviços públicos, as vilas, frutos de ocupação de terra, são, quase sempre, desprovidas de serviços básicos, como água encanada, rede de energia, calçamento, coleta de lixo regular e saneamento básico.

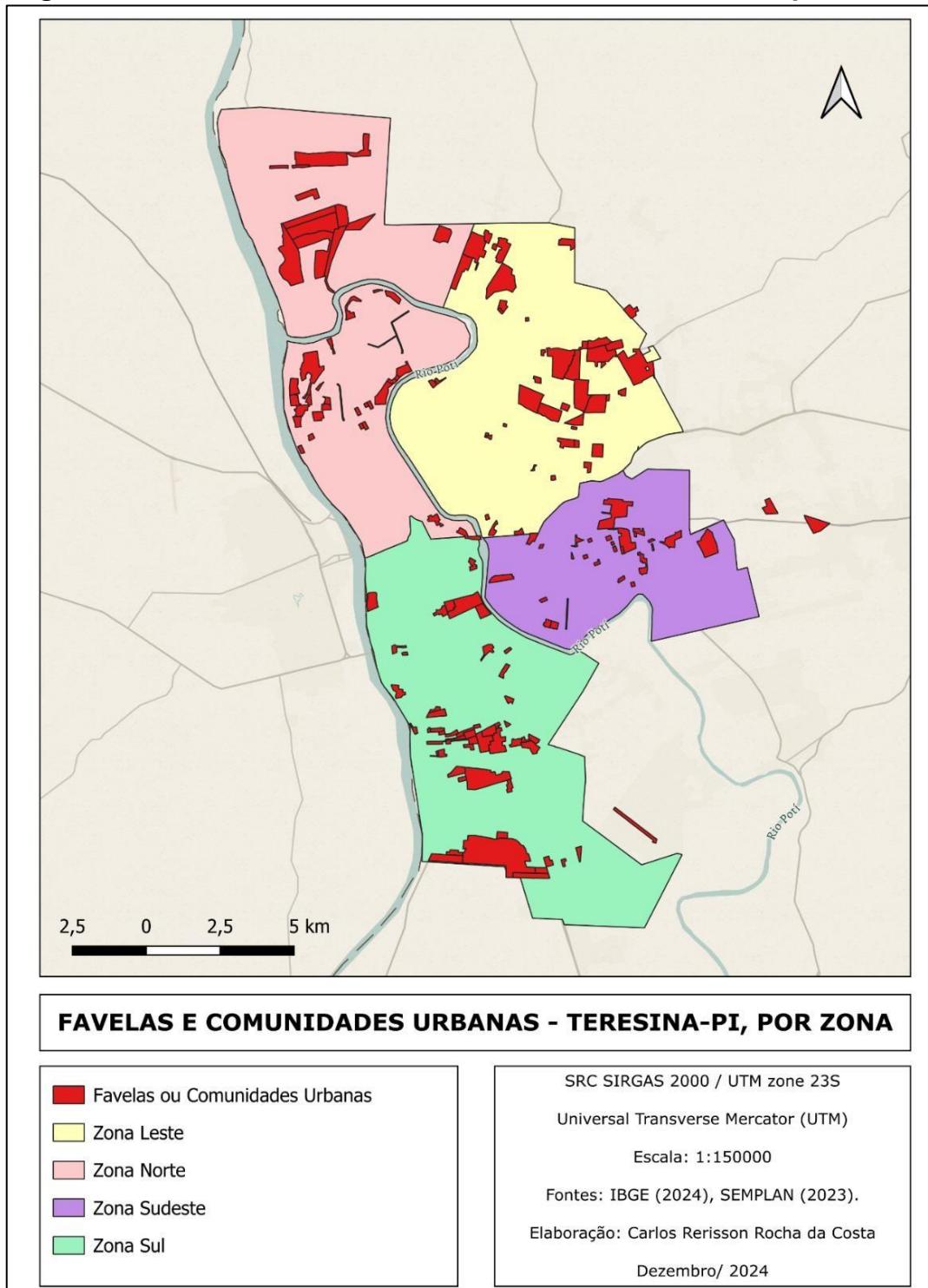
A zona Leste de Teresina era, no começo da década de 1960, era considerada área de lazer, com chácaras, principalmente habitadas por moradores de fim de semana, havendo também populações pobres que se aproveitavam dos espaços vazios para erguer casebres de taipa (barro amassado não cozido colocado entre estacas de madeira e cobertas de palha), cujos moradores não tinham, na maioria das vezes, documentos que lhes assegura a posse do terreno ou habitação (Abreu, 1983).

O IBGE registrou no Censo 2022 a existência de 12.348 favelas e Comunidades Urbanas no Brasil, abrigando 16.390.815 habitantes, o que equivale a 8,1% da população do país (IBGE, 2024c). O mesmo Censo revelou que no Piauí existem 173 Favelas ou Comunidades Urbanas, com 199.044 habitantes. Dessas, 170 estão localizadas em Teresina (98,26% do total)², ocupando a 11^a posição entre os municípios com maior quantitativo de Favelas ou Comunidades Urbanas no Brasil (Rodrigues, 2024). Segundo os dados produzidos no referido Censo, a zona Leste de Teresina abriga cerca de 25,8% das Favelas e Comunidades Urbanas de Teresina

² As demais Favelas ou Comunidades Urbanas do Piauí estão localizadas em Picos (2) e Parnaíba (1).

(Figura 3), incluindo a segunda maior em Teresina, a Vila Santa Bárbara, com 6.820 habitantes³ (IBGE, 2024d).

Figura 3 – Favelas e Comunidades Urbana em Teresina-PI, por Zona

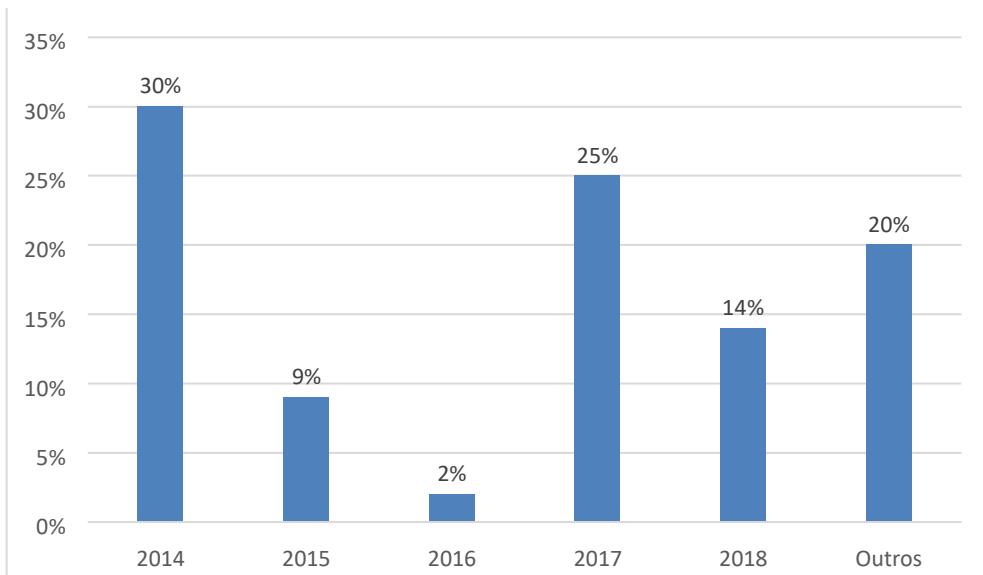


³ Em primeiro lugar está a Vila Irmã Dulce, na zona Sul, com 13.596 habitantes.

Buscando conhecer as principais transformações ocorridas na Vila Vitória Leste II, entre 2014 e 2024, a partir da percepção dos seus moradores, bem como identificar as principais dificuldades enfrentadas por esses moradores, realizamos pesquisa de campo na Vila Vitória Leste II, onde foram aplicados 44 formulários com moradores (Apêndice A).

Entre os participantes da pesquisa, 39% passaram a morar na Vila nos dois primeiros anos, tendo a maioria destes participado do processo de ocupação (Gráfico 1). Os dados revelam que, após 3 anos da ocupação, tem-se um processo de chegada de novos moradores.

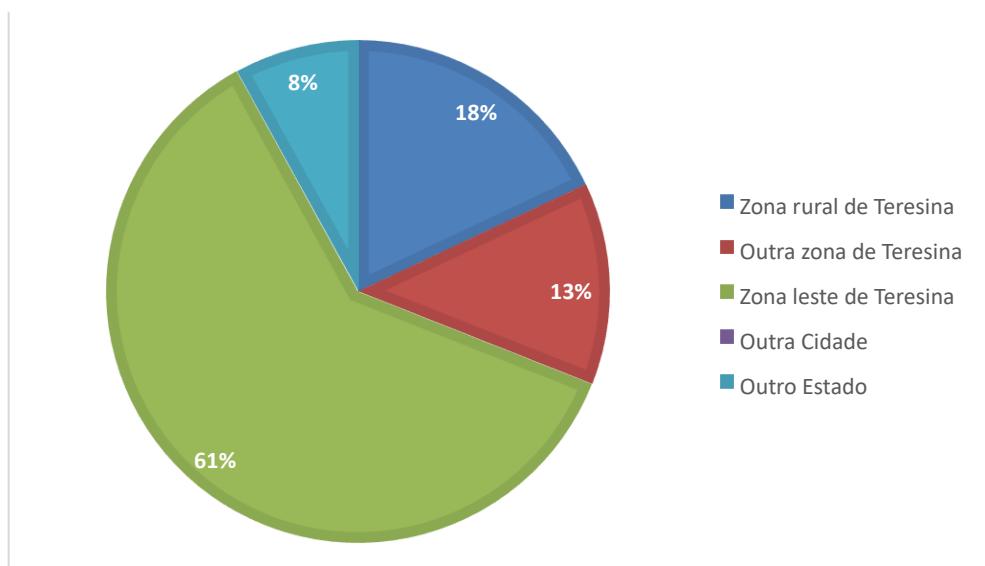
Gráfico 1 – Ano de chegada para ficar residência na Vila Vitória Leste II



Fonte: Elaboração própria (2024).

A ampla maioria dos participantes residiam em outras áreas da zona Leste de Teresina antes de se tornarem residentes da Vila Vitória Leste, apesar de haver pessoas oriundas de outras zonas da cidade de Teresina, da zona rural e até de outros estados (Gráfico 2). Muitos relatam que residiam nas proximidades da ocupação ou em bairros próximos, assim visualizaram o movimento e aderiram à luta.

Gráfico 2 – Local de residência antes da Vila Vitória Leste II



Fonte: Elaboração própria (2024).

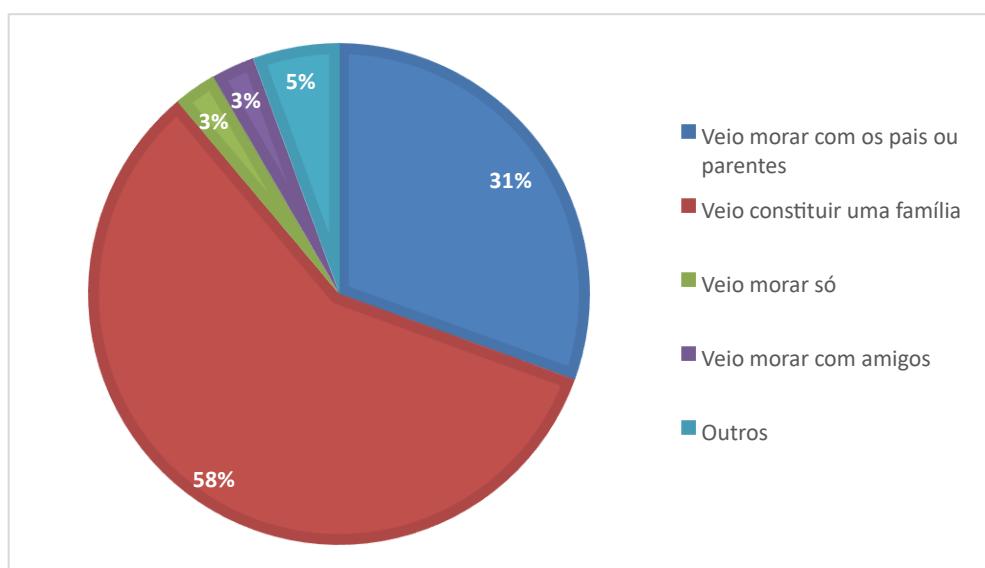
Sobre o processo de ocupação e fixação da moradia, os participantes relataram as dificuldades e os desafios que tiveram que passar: “Passei um tempo, 3 meses com casa feita de taipa, teve ordem de despejo, área verde do loteamento Juruá, quem veio com o despejo foi a polícia” (Morador 1). “Tiramos os matos que tinha com facão, tivemos que roçar com enxada, deixamos o terreno bem limpo e depois começamos a construir uma casinha pequena pra segurar o terreno, com a madeira das próprias árvores que tinha no terreno e as paredes de barro, tínhamos que está todos os dias na invasão” (Morador 4). Entre os depoimentos, se repete a experiência de ter que ficar a todo tempo no terreno ocupado, para evitar que fosse tomado, como relata o morador 5: “Muito mato, tinha que ficar a noite aqui, debaixo de lona, para garantir que ninguém tomasse o terreno”.

Segundo relato do Morador 21, no momento da ocupação não possuíam “uma documentação para ‘invadir’ ou algo que garantisse a posse daquele pedaço de terra”, o movimento foi dando forma com a chegada das pessoas que por curiosidade se aproximavam e permaneciam, pois o desejo da casa própria invadia o querer de cada ocupante. Só era necessário ferramentas e a permanência debaixo dos barracos, para evitar a invasão por outros ocupantes. Relata o Morador 21: “Estava passando na

região, vi o movimento, perguntei se tinha terrenos disponíveis e no outro dia já vim limpar, tempo depois fiz uma casa de taipa [...].”

A maior parte dos participantes da pesquisa informou ter vindo residir na Vila Vitória Leste II para constituir família (58%). Isso demonstra como a busca por áreas de ocupação reflete o caráter excludente do acesso à moradia, sendo o custo com a habitação um dos elementos que mais onera o orçamento familiar (Gráfico 3).

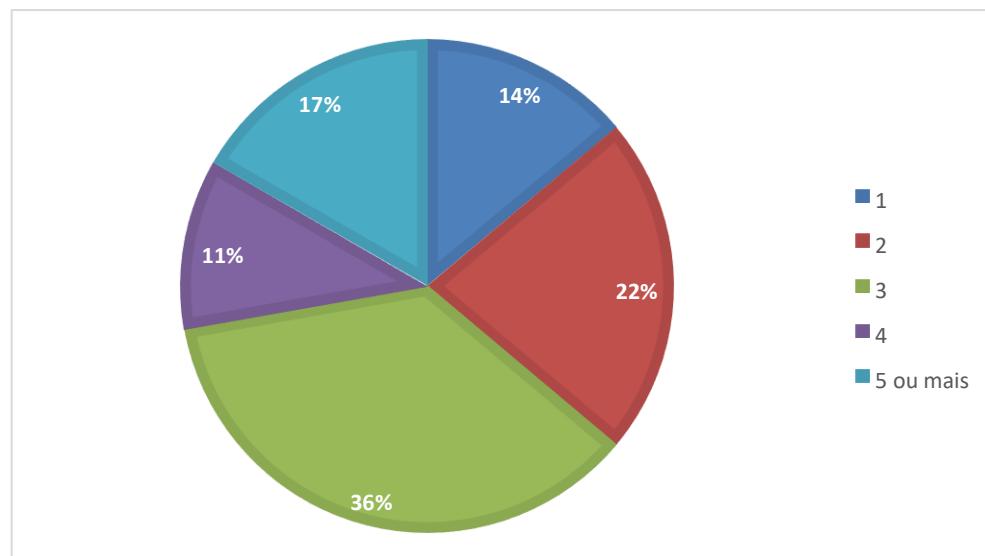
Gráfico 3 – Local de residência antes da Vila Vitória Leste II



Fonte: Elaboração própria (2024).

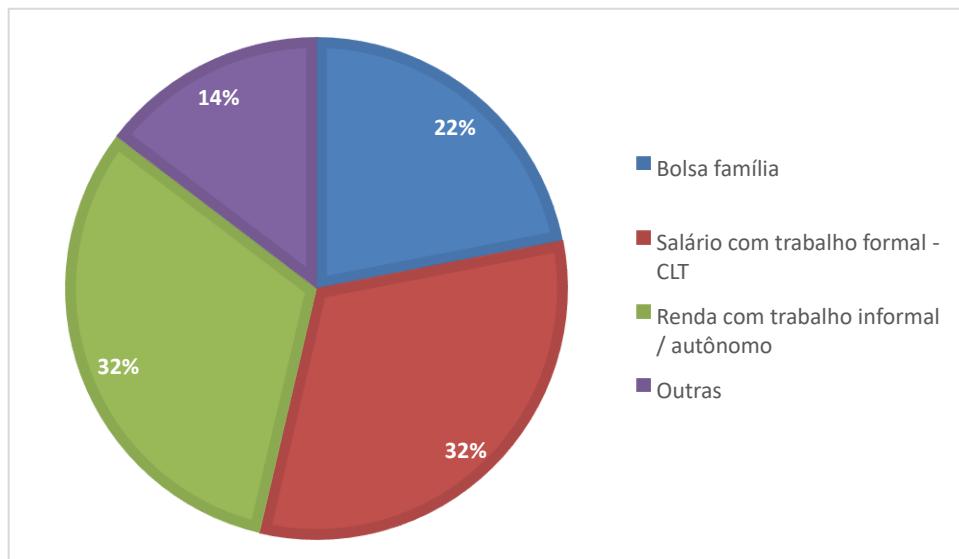
Considerando os participantes da pesquisa, 64% dos domicílios possuem três ou mais moradores (Gráfico 4). Quanto às suas atividades econômicas, destacam-se o trabalho assalariado formal, renda com trabalho informal ou autônomo e benefícios sociais, como o Bolsa Família (Gráfico 5).

Gráfico 4 – Número de pessoas por domicílio na Vila Vitória Leste II entre os participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2024).

Gráfico 5 – Principais fontes de renda entre os participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2024).

Quase a totalidade dos participantes relataram que a Vila Vitória Leste II passou por mudanças importantes nos últimos anos, apesar de ainda terem que conviver com problemas. Entre as transformações, destaca-se a pavimentação de parte das ruas, a coleta de lixo e a melhoria das próprias casas. A pavimentação das ruas (Figura 4),

seja por calçamento ou pavimentação asfáltica, permite melhor acessibilidade para moradores, mas também para serviços, como correios.

Figura 4 – Registro da pavimentação com calçamento em rua da Vila Vitória Leste II (Abril / 2024 e dezembro / 2024)



Fonte: Google Street View (2024) e Acervo da pesquisa (2024).

A pavimentação de ruas continua em execução na Vila Vitória II, sendo, portanto, uma mudança recente (Figura 5). Essas mudanças já permitem a chegada do serviços dos correios (até agora em apenas uma das ruas) (Figura 6).

Outra mudança bastante relatada pelos participantes foi a coleta de lixo, antes inexistente, agora realizada por meio de veículo de tração animal. Muitos moradores relataram a demora no funcionamento do serviço, que passou a existir somente após quase quatro anos de existência da ocupação, passando a ser realizada semanalmente, em três dias da semana, por um funcionário à serviço da prefeitura de Teresina, utilizando uma carroça (Figura 7).

Figura 5 – Registro de obras de pavimentação em ruas da Vila Vitória Leste II (dezembro / 2024)



Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

Figura 6 – Registro de funcionário dos Correios fazendo entregas em área da Vila Vitória Leste II (dezembro/2024)



Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

Figura 7 – Registro da Coleta de lixo em área da Vila Vitória Leste II (novembro/2024)



Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

A população relata que o convívio com ruas esburacadas e esgoto a céu aberto é um problema recorrente e de muita preocupação, pois estão expostos a

contaminação de doenças e os buracos das ruas não facilita o deslocamento de pedestre e veículos, vistos que grande maioria é autônomo e atende o entorno. Como relatam os moradores: “Melhorou muita coisa, primeiro só tinha mato e nem rua não tinha direito, agora tem bastante coisa e as ruas tudo feita, não tinha coleta do lixo, agora tem. Ainda tem muitas gambiaras penduradas em poste de madeira improvisado” (Morador 8). O Morador 12 ressalta que “[...] ainda há muito que melhorar, há muito que melhorar principalmente na área da residência da saúde por parte do poder público, porque de todas as formas somos cidadãos e cidadãs contribuintes de impostos”.

Como se observa, apesar de haver melhorias, principalmente na pavimentação de algumas ruas e na oferta do serviço de coleta de lixo, outros problemas persistem e dificultam o cotidiano dos moradores. Um desses problemas é a dificuldade de acesso à água potável, por meio do uso de encanamento clandestino, que frequentemente é quebrada por carros e caminhões que trafegam pelas ruas sem pavimentação (Figura 8). Como mencionado em depoimento anteriormente citado, a rede elétrica também funciona de maneira improvisada, gerando instabilidade na oferta de energia elétrica e riscos à população (Figura 9)

Figura 8 – Moradores da Vila Vitória Leste II efetuando reparos na rede de abastecimento de água



Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

Figura 9 – Rede elétrica improvisada na Vila Vitória Leste II



Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

Apesar dos problemas que persistem, as transformações ocorridas na ocupação podem gerar mais oportunidades de emprego e atividades econômicas que podem significar melhoria na renda de moradores. Parte dos moradores da Vila Vitória Leste II presta serviços para a área de entorno e já é possível identificar pequenos negócios sendo instalados na área (Figura 10).

Figura 10 – Barbearia em funcionamento na Vila Vitória Leste II



Fonte: Acervo da pesquisa (2024).

Observa-se que a atuação do poder público tem sido bastante limitada, embora seja presente na pavimentação das ruas. No entanto, os relatos indicam que as transformações existentes, tanto referente à infraestrutura quanto aos serviços, são fruto da organização comunitária e da atuação da Associação de Moradores junto ao poder público, exercendo pressão e cobrando atuação do Estado na melhoria das condições de vida da população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na percepção dos moradores da Vila Vitória Leste II, as transformações ocorridas entre 2014 a 2024 são positivas, destacando-se, principalmente, as mudanças ocorridas na pavimentação das ruas, que permitiu melhorar o acesso, dando maior fluidez no deslocamento de pedestres, carros, caminhões, bem como acesso aos serviços de correios, plataformas de transporte e coleta de lixo.

No entanto, observa-se que a população da Vila Vitória Leste II ainda convive com muitos problemas. As principais dificuldades relatadas revelam grande esforço dos moradores em prol dos serviços básicos. A voz dessas pessoas só foi ouvida mediante muitas reclamações frente aos órgãos competentes, como SAAD e SEMAH. No entanto, não foram sanadas todas as dificuldades, permanecendo problemas como a permanência de ligações de energia de maneira improvisadas, com a existência de postes de estrutura de madeira e metalão, com as chamadas “gambiarras”; ruas ainda sem nenhuma pavimentação; escoamento de esgoto precário, além de sistema de água encanada ruim, cuja existência (mesmo ruim) é fruto do trabalho dos próprios moradores, que em dias de folga das suas atividades remuneradas, improvisaram a estruturação de uma rede de abastecimento.

Entre as políticas públicas implementadas na Vila Vitória Leste II, no período estudado, teve destaque a pavimentação de ruas, tanto com calçamento quanto com a pavimentação asfáltica, melhorando o deslocamento de pessoas e automóveis. Quanto aos serviços básicos, destaca-se a coleta do lixo e o serviço de correspondência (correios).

Os serviços públicos e obras de infraestrutura conseguidos, que passaram a atender os moradores da Vila Vitória Leste II, só foram implementados graças a busca incessante dos moradores e da Associação de Moradores, que buscaram de muitas formas serem ouvidos pelos órgão competentes e por políticos locais (candidatos a câmara de vereadores de Teresina), prática antiga chamada de clientelismo. Desta forma, o papel da população na proposição e implementação de obras de infraestrutura e serviços públicos foi decisivo e essencial para a o direito alcançado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Irlane Gonçalves. **O crescimento da Zona Leste de Teresina – Um caso de segregação?**. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1983.

BRASIL. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 369, de 28 de março de 2006**. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. 2006. Disponível em: <https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5486>. Acesso em: 19 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Dados revisados do déficit habitacional e inadequação de moradias nortearão políticas públicas**. 4 mar. 2021. Disponível em; <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisadosdo-deficit-habitacional-e-inadequacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o “Direito à Cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CUNHA, José. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 3-20, São Paulo, out./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/9C3XWBrhvPKxgcJBNRWG6vS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1994.

GONÇALVES, Rafael Soares. Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. **Anais do Museu Paulista**, v. 28, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/db8N3ZWTPjX87r98mYTqjQj/?format=pdf>. Acesso em: 19 dez 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022:** Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas. 2024d. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agenciadenoticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoasmorando-em-favelas-e-comunidadesurbanas#:~:text=O%20Censo%202022%20identificou%206.556,pa%C3%ADs%20\(8%20maiores%20percentuais%20de%20popula%C3%A7%C3%A3o%20urbana%20foram%20observados%20nas%20regi%C3%B5es,%25%20para%2078%2C47%2](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agenciade-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoasmorando-em-favelas-e-comunidadesurbanas#:~:text=O%20Censo%202022%20identificou%206.556,pa%C3%ADs%20(8%20maiores%20percentuais%20de%20popula%C3%A7%C3%A3o%20urbana%20foram%20observados%20nas%20regi%C3%B5es,%25%20para%2078%2C47%2). Acesso em: 19 dez. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022:** 87% da população brasileira vive em áreas urbanas. 2024a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agenciadenoticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areasurbanas#:~:text=%E2%80%9D%20destaca%20Felipe.-,Os%20maiores%20percentuais%20de%20popula%C3%A7%C3%A3o%20urbana%20foram%20observados%20nas%20regi%C3%B5es,%25%20para%2078%2C47%2>. Acesso em: 19 dez. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010:** Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf. Acesso em 19 dez 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022:** Favelas e Comunidades Urbanas. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024c.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Favelas e Comunidades Urbanas:** notas metodológicas n. 01 sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/favelas-e-comunidadesurbanas-ibge-retoma-termo-historico-para-censos-e-pesquisas/liv102062.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARICATO, Ermínia. As Ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília et al. (Org.). **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

RODRIGUES, Bárbara. Quase 200 mil pessoas residem em favelas ou comunidades urbanas no Piauí; confira as cidades. **Cidadeverde.com**. Cidades. 9 nov. 2024. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/424341/quase-200-mil-pessoasresidem-em-favelas-ou-comunidades-urbanas-no-piaui-confira-as-cidades>. Acesso em: 19 dez. 2024.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processo e formas socioespaciais nas cidades. *In:* VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.

APÊNDICE

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COM MORADORES DA OCUPAÇÃO VILA
VITÓRIA LESTE II, NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI**

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

**QUESTIONÁRIO COM MORADORES DA OCUPAÇÃO VILA VITÓRIA LESTE II,
NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI**

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS NA VILA VITÓRIA LESTE
II (2014-2024).

Prezado(a) entrevistado(a) sou aluna do curso de Licenciatura Plena em Geografia da UESPI- Universidade Estadual do Piauí e espero contar com seu apoio quanto a participar da minha pesquisa, que tem como objetivo analisar as transformações socioespaciais na ocupação Vila Vitória Leste II em Teresina – PI, visando a realização do trabalho para conclusão do curso de licenciatura. Informo que sua privacidade será respeitada e nem um dado pessoal será publicado. Antecipadamente agradeço a sua valiosa colaboração.

PARTE I (IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (A) No_____ .

1. Em que ano você passou a morar na Vila Vitória Leste II?

- () 2014
- () 2015
- () 2016
- () 2017
- () 2018

Outro _____.

2. Onde residia antes de morar na Vila Vitória Leste II?

- () Zona rural de Teresina
- () Outra zona de Teresina
- () Outro bairro da zona leste de Teresina
- () Outro Estado/Cidade do Brasil- Qual? _____

3. Você participou do início do processo de ocupação da Vila Vitória Leste II?

- () Sim
- () Não

Se sim, descreva de forma resumida como foi o processo de ocupação.

4. Quando veio morar na Vila Vitória Leste II:

- Veio morar com os pais\ parentes
- Veio constituir uma família
- Veio morar só
- Veio morar com amigos

Outros _____

5. Sua casa no início da ocupação e atualmente é:

Início	Atualmente
<input type="checkbox"/> Casa de alvenaria	<input type="checkbox"/> Casa de alvenaria
<input type="checkbox"/> Casa de taipa	<input type="checkbox"/> Casa de taipa
<input type="checkbox"/> Casa de madeira	<input type="checkbox"/> Casa de madeira
<input type="checkbox"/> Casa de lona	<input type="checkbox"/> Casa de lona
Outro _____	Outro: _____

6. Quantas pessoas residem na sua casa?

- 1
- 2
- 3
- 4

Mais de 5 _____

7. Assinale abaixo suas fontes de renda:

- Bolsa família
- Salário com trabalho formal - CLT
- Renda com trabalho informal / autônomo

Outras _____

8. O seu trabalho atende ao entorno da Vila Vitória Leste II? Se sim, de qual forma?

9. Para você, quais as principais transformações observadas na Vila Vitória Leste II nos últimos 5 anos?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ÓRGÃO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO COM ÓRGÃO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS URBANAS NA VILA VITÓRIA LESTE II (2014-2024)**

Prezado(a) entrevistado(a) sou aluna do curso de Licenciatura Plena em Geografia da UESPI- Universidade Estadual do Piauí e espero contar com seu apoio quanto a participar da minha pesquisa, que tem como objetivo analisar as transformações socioespaciais na ocupação Vila Vitória Leste II em Teresina – PI, visando a realização do trabalho para conclusão do curso de licenciatura. Informo que sua privacidade será respeitada e nem um dado pessoal será publicado. Antecipadamente agradeço a sua valiosa colaboração.

PARTE I (IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (A) No _____ .

1. Quais são as principais informações obtidas da prefeitura com relação a ocupação Vila Vitória Leste II, que já conta com mais de 5 anos de existência?

2. A área de ocupação descrita acima, faz parte do território da prefeitura de Teresina - PI?

3. Quais as principais medidas/ políticas implementadas na Vila Vitória Leste II até o presente momento?

4. A prefeitura de Teresina-PI visa alguma tomada de decisão para com a ocupação Vila Vitória Leste II nos próximos meses?
